

# A AUTO-AFIRMAÇÃO DA UNIVERSIDADE ALEMÃ (O DISCURSO DA REITORIA)

Martin Heidegger

**Nota introdutória:** “A auto-afirmação da universidade alemã”, o “Discurso da reitoria” (*Rektorastrede*), de Martin Heidegger, foi proferido no salão da Universidade de Fribourg em Brisgau, no dia 27 de maio de 1933, em tom solene, com toques marciais, com o recém-empossado reitor cercado de estandartes estampando suásticas, diante de um salão repleto com uma platéia mista, composta de membros da comunidade acadêmica e de oficiais nazistas de uniforme, ao som do hino nacional-socialista *Horst-Wessel Lied*, cantado após a leitura do “Discurso” (cf. o testemunho do ex-reitor Josef Sauer [OTT 1993, 153]). Trata-se em suma do discurso de posse à reitoria, cargo que Heidegger ocupará de 17 de maio de 1933 a 23 de abril de 1934, em um período de aproximadamente dez meses.

Apesar do seu reconhecimento discreto, porém aparentemente sincero, do “fracasso da reitoria” (a “maior burrice [*die grösste Dummheit*] de sua vida” [PETZET, *apud* LACOUÉ-LABARTHE 1987, 26], teria ele dito em particular), a sua crença ao que tudo indica tenaz na “grandeza interna” do “movimento” nacional-socialista (HEIDEGGER 1987, 217; tradução modificada), mesmo após o conhecimento do “horror” – como se fosse possível separar nele um cerne de pureza (a grandeza *interna*), distinguindo-o de toda sorte de “insuficiências” e “grosserias” (HEIDEGGER 1983, 86) (i.e., o racismo) – a sua recusa enfática de “rever” o essencial de sua posição de 1933-1934, de fornecer uma retratação pública (ignorando a insistência nesse sentido de pessoas próximas), ou de simplesmente “pedir perdão” – não deixam de fornecer material para no mínimo uma reflexão sobre a ética da filosofia.

Em seu centro sabemos o que significa este “engajamento”: o compromisso com a “revolução” nacional-socialista, emprestando de forma entusiasmada o seu prestígio filosófico a uma causa mais do que duvidosa; a crença na missão de Adolf Hitler, embora confessasse nunca haver lido *Mein Kampf*, mesmo após o incêndio do Reichstag e a promulgação do “Decreto do Incêndio do Reichstag” (*Reichstagbrandverordnung*), em 27 de fevereiro de 1933, que equivalia a uma declaração *de facto* de estado de sítio, e que deveria ter fornecido indicações mais do que claras do que estava por vir até mesmo a alguém essencialmente “apolítico” (sic), como Heidegger; a tradução dos ter-

mos de sua aula inaugural de posse da cátedra de filosofia da Universidade de Fribourg, assumindo o posto de seu orientador Edmund Husserl, *Que é a metafísica?* (de 1929) nos termos da “revolução” nacional-socialista.

Nos três textos “testamentários” que produziu a respeito do período – a carta ao presidente do comitê político de depuração; a carta à reitoria acadêmica da Universidade Albert-Ludwig de 4 de novembro de 1945, que inclui o texto “O reitorado 1933-1934. Fatos e reflexões”; e a entrevista ao *Der Spiegel*, feita em 1966 e publicada após a sua morte em 1976 – nota-se em meio a um tom mais ou menos apologético, com algumas (raras) manifestações de arrependimento (como por exemplo: “[...] foi um erro acreditar poder, a partir de uma posição de fundo espiritual [...], influir imediatamente nas transformações dos fundamentos tanto espirituais quanto não-espirituais do movimento nazista.” [HEIDEGGER 1983b, 396]), a reconstituição da lógica interna da sua crença no “movimento”. Já no “Discurso da reitoria” explicitava-se de para quem quisesse ouvir, escreve ele, a sua oposição à ideologia nacional-socialista dominante (Rosenberg...): o espírito do povo alemão deveria expressar-se autonomamente na universidade alemã, não se tratando de uma superestrutura ou *emanação* de dados físicos e raciais. Sabia perfeitamente que um projeto de intervenção prática como o que empreendera implicaria necessárias concessões ou compromissos (395), mas acreditava sinceramente, como muitos outros intelectuais, na possibilidade de *colaborar*, “aprofundando e transformando numerosos elementos essenciais do ‘movimento nacional-socialista’” (394), seguindo nisso a caudal do povo alemão como um todo. Como explica Lacoue-Labarthe, em “A transcendência fin(nda)inta na política”, tudo aqui se joga na aposta sobre quem domina, guia, dirige quem; se é a autonomia espiritual que é mantida, e é ela quem guia, temos uma liderança (*Führung*) *espiritual*. Nesta hipótese, os “outros” elementos (o determinismo racial, etc.), de fato inessenciais, como ele quer crer, se subordinariam ao espírito, os compromissos e concessões tornando-se males menores. Se, no entanto, o inverso ocorre, e quem domina são estes “outros” fatores e o espírito é então subordinado, as concessões passam a ser insustentáveis. Obviamente a segunda opção é a que se provou ser a verdadeira. Já no recesso de Natal de 1933, explica ele, ele percebera isso, embora, ao mesmo tempo, diga em diversas ocasiões que sua “desilusão” com o “movimento ocorreu de fato tardiamente após a “Noite das facas longas” (30 de junho/1º de julho de 1934: data do massacre das lideranças SA pelos SS, subordinados a Hitler), portanto após o período de sua reitoria (HEIDEGGER 1983, 87; 1983b, 403). Se ele pode ainda em 1953 afirmar

a sua crença na “grandeza interna” do “nacional-socialismo” é porque ainda conseguia, apesar de tudo, e sobretudo após o conhecimento da “catástrofe”, decidir sobre a autonomia espiritual como proposição interna ao movimento, separando-a dos “outros” fatores (não-espirituais), considerados exteriores. Errara portanto o “nacional-socialismo” *real* por não se deixar guiar pelo espírito, mas não errara Heidegger. Na mesma carta vemos talvez a única manifestação de arrependimento ou vergonha a respeito do desdobramento prático “exterior” a essa elaboração espiritual, no que toca à sua relação com seu mestre Husserl, de origem judaica. Explica ele que, quando da promulgação das primeiras leis anti-semitas (a “Lei para a reconstituição do serviço civil”, de 1º de abril de 1933), para seu desespero e dos crentes sinceros, como ele, na “verdade” da revolução nacional-socialista, sua mulher enviara flores à sra. Husserl em nome do casal, com uma carta manifestando a sua desaprovação das leis. Quando da morte de Husserl, em 1938, ele se encontrava doente, não podendo por isso se manifestar, nem mais tarde. O motivo profundo, explica ele, sendo a “vergonha dolorosa diante do que neste ínterim – ultrapassando de longe a primeira lei – foi feito contra os judeus e de que fomos testemunhas impotentes” (405).

Em sua defesa, poder-se-ia facilmente argumentar que certamente Heidegger não terá sido o único crítico radical da democracia nesta época a depositar esperanças em uma renovação pela via totalitária conservadora (Lacoue-Labarthe faz uma pequena lista, não exaustiva, atendo-se aos “grandes”: Hamsun, Benn, Pound, Blanchot, Drieu, Brasillach, Céline [LACOUÉ-LABARTHE 1987, 43]). Embora isso, sem dúvida, não o inocente.

A leitura de Lacoue-Labarthe do engajamento nacional-socialista de Heidegger, segundo a qual ele envolve o cerne da ontologia fundamental de *Ser e tempo*, não sendo assim um episódio secundário, periférico ou acidental, tem como precursores Emmanuel Lévinas e o testemunho do próprio Heidegger, transmitido por seu aluno Karl Löwith, quando o reencontrou em Roma, em 1936, portanto, dois anos após a sua demissão da reitoria. Karl Löwith tinha uma relação íntima com Heidegger, freqüentemente cuidando de seus filhos, quando fora seu aluno. De família judia, refugiara-se na Itália. Heidegger o visita em sua casa e fica estupefato com a situação de penúria em que vivia com sua família, não dispondo de quase nenhum livro. Em um passeio, Löwith decide provocar o tema e comenta com o mestre a controvérsia no *Neue Zürischer Zeitung*, dizendo que não concordava nem com o ataque político de Hans Barth a Heidegger nem com a defesa de Emil Steiger. Para ele o “engajamento [de Heidegger] no nacional-socialismo re-

side na essência da sua filosofia” (LÖWITH 1993, 142). Heidegger declara concordar com a afirmação sem reservas, acrescentando que “seu conceito de ‘historicidade’ estava na base do seu ‘engajamento’” (idem). Citemos ainda Löwith: “Ele [Heidegger] não deixou nenhuma dúvida sobre sua crença em Hitler. Tinha subestimado apenas duas coisas: a vitalidade das igrejas cristãs e os obstáculos à *Anschluss* com a Áustria. Estava convencido agora como antes que o nacional-socialismo era o curso certo para a Alemanha; era preciso apenas ‘manter-se firme’ tempo o suficiente. O único aspecto que o perturbava era a ‘organização’ interminável em detrimento das ‘forças vitais’” (idem).

As declarações de Heidegger nestes mesmos textos “testamentários” estão freqüentemente em desacordo com a reconstituição histórica, levada a cabo, dentre outros, por Hugo Ott, em *Martin Heidegger, uma vida política*. Por exemplo, sua declaração de que assumira a reitoria contra a vontade, a pedidos do então reitor-eleito e do ex-reitor (HEIDGGER, 1987, 74; 1993, 92-93). Por isso, parece-nos necessário reconstituir, nem que seja minimamente, os fatos que o levaram a assumir a reitoria da Universidade de Freiburg em 1933. A fonte aqui é a obra acima citada de Hugo Ott:

1) O reitor-eleito da Universidade de Fribourg (em dezembro de 1932), o professor de anatomia Wilhelm von Möllendorff, membro do partido social-democrata, ocupou o cargo por apenas alguns meses e demitiu-se voluntariamente, após campanha pública contra a sua gestão, por recusar-se a implementar tanto a *Gleichschaltung* (literalmente, “sincronia equalizada”, denominação genérica do alinhamento forçado à coordenação centralizada no governo de todos os aspectos da sociedade alemã, compreendendo uma série de medidas legais) imposta à Universidade quanto a “Lei para a reconstituição do serviço civil”, de 1º de abril de 1933, que discriminava os professores judeus.

2) Ao contrário do que afirma Heidegger, ele não aceitou o cargo obedecendo ao pedido encarecido de Von Möllendorff e do reitor anterior, o teólogo Josef Sauer, contra sua vontade, para salvar com a sua reputação, ou pelo menos atenuar os efeitos nefastos da introdução da “ciência politizada” na Universidade, em um momento delicado. Como atesta a carta de 3 de abril de 1933 a Karl Jaspers, Heidegger era um entusiasta do movimento, sequioso de poder participar mais. (“Eu ainda esperava notícias definitivas sobre os planos para reorganizar as universidades. Embora muitas coisas permaneçam obscuras e questionáveis, acho cada vez mais que estamos emergindo em uma nova realidade, e que a velha era se encerrou. Tudo depende de saber se con-

seguiremos fazer a filosofia desempenhar o seu lugar certo e ajudá-la a fazer o seu trabalho” [OTT 1993, 141-142].)

3) A demissão voluntária do reitor-eleito von Möllendorff tem todas as características de um golpe. O reitor Sauer foi pressionado pelo classicista Wolfgang Schadewaldt a não apoiar Von Möllendorff, por este não encontrar-se afinado às novas diretivas partidárias, aconselhando-o a trocá-lo pelo nome de Heidegger, simpático à causa. Schadewaldt era um devoto nacional-socialista e maior articulador da “candidatura”-Heidegger. A Universidade recebeu no início de abril a visita do novo Secretário da Educação Superior junto ao Ministério de Questões Domésticas de Karlsruhe, Eugen Fehrle, que teve diversas reuniões (com Sauer, von Möllendorff e com um grupo de professores nazistas), com a finalidade explícita de desestabilizar a posse de Von Möllendorff e encampar a candidatura Heidegger. O artigo do jornal *Der Alemanne*, órgão oficial da imprensa nazista, publicado no dia da primeira reunião de congregação convocada por Von Möllendorff (18 de abril de 1933), saudou de forma ambígua o novo reitor, sugerindo que a tarefa imperativa de implementação da *Gleichschaltung* não teria nele um seguidor adequado, e que ele não contaria com o apoio do corpo discente, em sua grande maioria nacional-socialista. O artigo termina com uma ameaça: “Encorajamos o Professor Von Möllendorff a agarrar a oportunidade e não ficar no caminho da reorganização de nosso sistema universitário” (OTT 1993, 145). Dois dias depois, von Möllendorff realizou uma sessão extraordinária da congregação, quando pediu demissão e convocou uma reunião plenária para o dia seguinte com a finalidade de realizar novas eleições.

4) Heidegger foi eleito reitor no dia 21 de abril por um quórum de professores com direito a voto significativamente reduzido, já que 13 dos 39 professores votantes haviam sido excluídos pelas “leis raciais”.

5) Heidegger tornou-se membro do Partido Nacional-Socialista (NSDAP) no dia 1º de maio, dia do trabalhador, feriado nacional, fazendo circular o seguinte memorando a respeito: “um ditado da hora. A construção de um novo mundo intelectual e espiritual para a nação alemã tornou-se agora a tarefa mais importante das Universidades alemãs. Este é um ‘feriado nacional’ do tipo mais alto” (OTT 1933, 170).

O “Discurso da reitoria” – sua enunciação como seu conteúdo – toca no tema da “efetuação” do pensamento e da teoria, i.e., da prática. Heidegger se queixa de que no dia seguinte ao seu pronunciamento o “Discurso” já havia sido esquecido (1983, 83), e que seus “efeitos” positivos e negativos, que se fizeram sentir nos meses seguintes, tanto na Alemanha quanto no exterior

(tendo sido traduzido em diversas línguas), nunca se relacionaram com seu “conteúdo autêntico e sua posição de fundo” (1983b, 403). “Durante toda a duração do reitorado”, explica ele, “não veio de nenhum colega nem que seja uma amostra de uma discussão sobre o discurso” (1983, 83). “O discurso não foi compreendido por aqueles a quem ele concernia, nem quanto ao seu conteúdo nem quanto à perspectiva em que enuncia o que me forneceu o fio condutor, durante todo o tempo em que fui reitor, para distinguir o que era essencial do que era menos essencial e somente exterior” (1983, 81). Em nível institucional, o NSDAP teria convenientemente “enterrado” o “Discurso”, os exemplares de sua primeira edição não tendo sido vendidos, e nenhuma reedição tendo sido feita. Tomou-se conhecimento de “Discurso da reitoria” por meio do livro de Guido Schneeberger (*Nachlese zu Heidegger. Dokumente zu seinem leben und Denken*, 1962). Ele será subsequenteiramente editado e traduzido para o francês por Gérard Granel em 1972 (reeditado em 1982), o que reflete sem dúvida a importância do “caso” Heidegger na França.

*João Camillo Penna*

## A auto-afirmação da universidade alemã

Assumir o reitorado significa comprometer-se com a liderança [*Führung*] *espiritual* desta escola superior. A disposição a seguir [*Gefolgschaft*]<sup>1</sup> de docentes e alunos só desperta e se fortalece a partir do verdadeiro e coletivo enraizamento na essência da universidade alemã. Essa essência, porém, só alcança clareza, destaque e poder se, antes de tudo e a todo momento, os próprios líderes [*Führer*] são liderados – liderados pela inexorabilidade daquela missão espiritual que o destino [*Schicksal*]<sup>2</sup> do povo alemão imprime em seu caráter histórico [*Geschichte*].<sup>3</sup>

Será que sabemos dessa missão espiritual? Quer sim, quer não, a questão permanece inevitável: será que estamos, corpo docente e corpo discente desta escola superior, enraizados verdadeira e coletivamente na essência da universidade alemã? Possui essa essência uma força genuína para imprimir sua marca em nossa existência [*Dasein*]?<sup>4</sup> Sim, mas só quando queremos essa essência radicalmente. Mas quem há de duvidar disso? Em geral, é na “autonomia administrativa” [*Selbverwaltung*] que se vê o caráter essencial mais importante da universidade; essa autonomia deve ser mantida. Contudo, será que temos considerado tudo o que essa pretensão de “autonomia administrativa” exige de nós?

Com efeito, autonomia administrativa significa: pôr a tarefa a nós mesmos e determinarmos o caminho e meio de sua realização, a fim de nela sermos nós mesmos o que devemos ser. Mas será que sabemos *quem somos nós mesmos*, esta corporação de docentes e alunos da mais alta escola do povo alemão? Será que podemos de todo sabê-lo sem a mais constante e a mais rígida auto-reflexão?

Nem o conhecimento das condições atuais da universidade nem tampouco a familiaridade com sua história anterior garantem já um saber suficiente de sua essência – a menos que delimitemos antes essa essência, em sua clareza e rigidez, para o futuro, a menos que a *queiramos* numa tal autodelimitação e que em tal querer nos *afirmemos* a nós mesmos.

A autonomia administrativa só existe sobre a base da auto-reflexão. Mas a auto-reflexão só acontece com a força da *auto-afirmação* da universidade alemã. Será que vamos levá-la a cabo, e como?

A auto-afirmação da universidade alemã é a vontade originária e coletiva para a sua essência. A universidade alemã significa para nós esta alta escola que, a partir da ciência e através da ciência, educa e disciplina os líderes e guardiães do destino do povo alemão. A vontade para a essência da uni-

versidade alemã é a vontade para a ciência, enquanto vontade para a missão histórico-espiritual do povo alemão, como um povo que se conhece a si mesmo no seu Estado. Ciência e destino alemão devem chegar *juntos* ao poder na vontade para a essência. E é o que farão se e somente se nós – corpo docente e discente – expusermos, por um lado, a ciência à sua mais íntima necessidade e se, por outro lado, suportarmos o destino alemão em sua mais extrema carência.

A essência da ciência, todavia, não a experimentaremos em sua mais íntima necessidade enquanto nos limitarmos – discorrendo sobre o “novo conceito da ciência” – a contestar a independência e isenção de pressupostos de uma ciência demasiado atual. Essa maneira de proceder, que se limita a negar e cujo olhar retrospectivo mal se estende além das últimas décadas, acaba por se tornar o simulacro de um verdadeiro esforço em vista da essência da ciência.

Se quisermos captar a essência da ciência, então temos de enfrentar a questão decisiva: deve a ciência continuar a *ser* para nós ou devemos deixá-la derivar para um rápido final? Que a ciência deva de todo ser, isso jamais é uma necessidade incondicional. Mas, se a ciência deve ser e se ela deve ser *para* nós e *por* nós, sob qual condição, então, pode ela verdadeiramente subsistir?

Tão-somente se nos situarmos de novo sob o poder [*Macht*]<sup>5</sup> do começo de nossa existência histórico-espiritual. Esse começo é o pôr-se em marcha [*Aufbruch*]<sup>6</sup> da filosofia grega. É aí que o homem ocidental, a partir da unidade de um povo e pela força de sua língua, se levanta pela primeira vez em face do *ente em sua totalidade*, interrogando-o e compreendendo-o como o ente que ele é. Toda ciência é filosofia, quer ela o saiba e queira, quer não. Toda ciência permanece presa àquele começo da filosofia. É dele que ela haure a força de sua essência, na suposição de que ela permanece à altura desse começo.

Queremos resgatar aqui para a *nossa* existência duas propriedades distintas da essência grega originária da ciência.

Entre os gregos circulava um antigo relato, segundo o qual Prometeu teria sido o primeiro filósofo. É a esse Prometeu que Ésquilo faz dizer uma sentença que exprime a essência do saber:

*tékhne d'anángkes asthenéstera mákro* (*Prom.* 514 ed. Wil.).

“Mas o saber é de longe muito mais desprovido de força (*unkräftiger*) do que a necessidade.” O que quer dizer: todo saber acerca das coisas permanece de início entregue ao poder superior do destino e fracassa diante dele.

É precisamente por isso que o saber deve desenvolver sua mais elevada obstinação, para a qual primeiro se ergue todo o poder de ocultamento [*Verborgenheit*] do ente, a fim de efetivamente fracassar. É assim que o ente se abre em sua imutabilidade insondável e confere ao saber sua verdade. Essa sentença sobre a falta de força [*Unkraft*] criadora do saber é um dito dos gregos, entre os quais por demais facilmente se quer encontrar o modelo para um saber que não depende senão de si mesmo e, no entanto, esquecido de si, o qual nos é apresentado como a “atitude teórica”. – Mas o que é a *theoría* para o grego? Responde-se: a pura contemplação, que só permanece ligada à coisa em sua plenitude e exigência. Esse comportamento contemplativo deve supostamente – é o que se diz apelando-se aos gregos – acontecer por causa de si mesmo. Mas esse apelo é injustificado. Pois, por um lado, a “teoria” não acontece por causa de si mesma, mas unicamente na paixão de ficar junto ao ente enquanto tal e sob a sua afluente insistência [*Bedrängnis*].<sup>7</sup> Por outro lado, porém, os gregos lutavam por compreender e levar a cabo esse questionar contemplativo como uma modalidade, na verdade como a suprema modalidade da *enérgeia*, do “estar-em-obra” [*am-Werke-Sein*] do homem. O que buscavam não era assimilar a prática à teoria, mas, ao contrário, entender a própria teoria como a mais alta realização de uma prática genuína. Para os gregos, a ciência não é um “bem cultural”, mas o centro mais intimamente determinante de toda a existência do povo no seio do Estado. A ciência tampouco é para eles o mero meio para a conscientização do inconsciente, mas, sim, o poder que mantém a acuidade da existência inteira e a abrange em sua totalidade.

A ciência é a firmeza incessante do questionamento em meio à totalidade do ente que incessantemente se oculta. Esse perseverar atuante sabe, no entanto, de sua fraqueza diante do destino.

Tal é em seu começo a essência da ciência. Mas esse começo não se encontra já há dois milênios e meio atrás de nós? O progresso do agir humano não alterou também a ciência? Certamente! A subsequente interpretação teológico-cristã do mundo, assim como o posterior pensar técnico-matemático da modernidade, afastou a ciência tanto temporal quanto tematicamente de seu começo. Mas nem por isso o começo foi de modo algum superado e muito menos reduzido a nada. Pois, dado que a ciência grega originária é algo de grande, então o *começo* dessa grandeza permanece como o que dela há de *mais grandioso*. A essência da ciência não poderia sequer ser esvaziada e desgastada, como é o caso hoje a despeito de todos os resultados e “organizações internacionais”, se a grandeza do começo não subsistisse *ainda*. O começo

ainda *é*. Ele não se encontra *atrás de nós* como algo há muito sido [*das längst Gewesene*], mas está *frente* a nós. Como o mais grandioso que *é*, o começo já foi além, passando de antemão por cima de tudo o que estava por vir e, assim, por cima de nós também. O começo caiu em nosso futuro, ele está aí como a longínqua injunção sobre nós de alcançar de novo a sua grandeza.

É só quando nos conformamos resolutamente a essa longínqua injunção, a fim de recuperar a grandeza do começo, que a ciência se torna para nós a mais íntima necessidade da existência. De outro modo ela permanece um acaso com que deparamos ou a sossegada satisfação de quem se ocupa sem correr riscos em promover o mero progresso dos conhecimentos.

Se nos conformamos, porém, à longínqua injunção do começo, então a ciência tem de se tornar o acontecimento fundamental de nossa existência espiritual como povo.

E se até nossa mais própria existência está diante de uma grande mudança, se *é* verdade o que disse o último filósofo alemão a buscar Deus apaixonadamente, Friedrich Nietzsche, a saber: que “Deus está morto” –, se devemos levar a sério esse estado de abandono [*Verlassenheit*] do homem atual em meio ao ente, o que então se passa com a ciência?

Então o perseverar inicial e admirado dos gregos diante do ente transforma-se num estar-exposto, totalmente a descoberto, ao oculto e incerto, isto *é*, ao que *é* digno de questão [*das Fragwürdige*]. O questionar não *é* mais então apenas o estágio preliminar superável à resposta enquanto saber, mas o questionar torna-se ele próprio a mais alta figura [*Gestalt*] do saber. O questionar desenvolve então sua mais própria força de descerramento do essencial de todas as coisas. O questionar compele então à mais extrema simplificação do olhar lançado sobre o que *é* incontornável.

Semelhante questionar rompe o encapsulamento das ciências em disciplinas separadas, para trazê-las de volta da dispersão sem limites e sem metas em campos e recantos isolados, e expõe de novo a ciência imediatamente à fecundidade e à benção de todos os poderes mundanos [*weltliche Mächte*] da existência histórica, quais sejam: natureza, história, língua; povo, costumes, Estado; poetizar [*Dichten*], pensar, crer; doença, loucura, morte; direito, economia, técnica.

Se quisermos a essência da ciência no sentido da *firmeza incessante e a descoberto do questionar em meio à incerteza do ente na totalidade*, então esta vontade de essência cria para o nosso povo o seu mundo do mais íntimo [*innersten*] e do mais extremo [*äussersten*] perigo, isto *é*, seu mundo verdadeiramente *espiritual*. Pois “espírito” não *é* nem sagacidade vazia, nem o jogo

descompromissado do chiste, nem o entregar-se sem limites à análise conforme o entendimento, nem mesmo a razão do mundo, mas o espírito é, sim, a resolução originariamente afetiva [*gestimmt*] e sábia [*wissend*] para a essência do ser. E o *mundo espiritual* de um povo não é a superestrutura de uma cultura, tampouco o arsenal de conhecimentos e valores utilizáveis, mas o poder da mais profunda conservação de suas forças extraídas da terra e do sangue, enquanto poder da mais profunda excitação e da mais vasta comção de sua existência. Somente um mundo espiritual garante ao povo sua grandeza. Pois ele força a constante decisão, entre a vontade de grandeza e o deixar livre curso à decadência, a se tornar a lei a ditar o passo [*Schrittgesetz*] à marcha que nosso povo iniciou adentro a sua história futura.

Se quisermos essa essência da ciência, então o corpo docente da universidade tem de avançar efetivamente para os postos mais extremos do perigo que é a incessante incerteza do mundo. Se ele se mantiver firme aí, isto é, se daí surgir para ele – na proximidade essencial da afirmativa insistência [*Bedrängnis*] de todas as coisas – o questionar em comum e o dizer afinado com um sentimento coletivo, então ele se tornará forte para a liderança. Pois o que é decisivo no liderar não é o mero ir à frente, mas a força para andar sozinho, não por teimosia e desejo de dominar, mas em virtude de uma destinação [*Bestimmung*] a mais profunda e de uma obrigação a mais ampla. Semelhante força vincula ao essencial, produz a seleção dos melhores e desperta a genuína disposição a seguir [*Gefolgschaft*] daqueles tomados de renovada coragem. Mas não precisamos primeiro despertar a disposição a seguir. O estudantado alemão está em marcha. E quem ele busca são aqueles líderes através dos quais quer elevar sua própria destinação a uma verdade fundada e sábia, colocando-a na clareza da palavra e da obra que atua interpretando.

É a partir da resolução do estudantado alemão de manter-se firme em face do destino alemão em sua mais extrema carência que provém uma vontade para a essência da Universidade. Essa vontade é uma vontade verdadeira na medida em que o estudantado alemão se põe a si mesmo, por meio da nova legislação estudantil,<sup>8</sup> sob a lei de sua essência e assim delimita, pela primeira vez, essa essência. Dar-se a lei a si mesmo é a mais alta liberdade. A tão decantada “liberdade acadêmica” se vê expulsa da universidade alemã; pois essa liberdade era inautêntica, visto que se limitava a negar. Ela significava despreocupação, arbitrariedade das intenções e inclinações, descompromisso em suas ações e omissões. O conceito da liberdade dos estudantes alemães se vê agora restituído à sua verdade. É dela que se desdobram futuramente as vinculações [*Bindung*] e o serviço [*Dienst*] do estudantado alemão.

A primeira vinculação é com a comunidade do povo [*Volksgemeinschaft*].<sup>9</sup> Ela obriga a participar das fadigas, aspirações e competências de todos os estamentos [*Stände*]<sup>10</sup> e membros do povo, com eles respondendo em comum e agindo em conjunto. Essa vinculação está doravante fixada e enraizada na existência estudantil pelo *serviço do trabalho*.

A segunda vinculação é com a honra e o destino [*Geschick*]<sup>11</sup> da nação em meio aos outros povos. Ela exige a pronta disposição, assegurada como saber e competência e enrijecida pela disciplina, para se engajar até as últimas conseqüências. Esse vínculo abrange e perpassa futuramente toda a existência estudantil enquanto *serviço militar*.

A terceira vinculação do estudantado é com a missão espiritual do povo alemão. Esse povo atua em seu destino na medida em que, tendo colocado sua história no âmbito que se manifesta [*Offenbarkeit*] o poder superior [*Übermacht*] de todas as potências configuradoras-de-mundo da existência humana, ele conquista numa luta sempre renovada seu mundo espiritual. Exposto assim ao que há de mais questionável em sua própria existência, este povo quer ser um povo espiritual. Ele exige de si e para si em seus líderes e guardiães a mais dura clareza do mais alto, mais amplo e mais rico saber. Uma juventude estudantil, que se arrisca cedo na vida adulta e que estende o seu querer sobre a sorte futura da nação, compele-se radicalmente ao serviço desse saber. Para ela, o *serviço do saber* não poderá mais ser esse adestramento embotado que leva rapidamente a uma profissão “renomada”. É porque o homem de Estado e o docente, o médico e o juiz, o pároco e o construtor lideram a existência do povo no seio do Estado e, velando sobre ela em suas relações fundamentais com os poderes configuradores-do-mundo da existência humana, mantêm sua agudeza, é por isso que essas profissões e a educação para elas estão confiadas ao serviço do saber. O saber não está a serviço das profissões, mas, ao contrário, as profissões efetivam [*erwirken*] e administram esse mais alto e essencial saber do povo acerca de sua existência inteira. Mas este saber não é para nós a tranqüila tomada de conhecimento [*Kenntnisnahme*] de essencialidades e valores em si, mas, sim, o mais agudo pôr em risco da existência em meio ao poder superior do ente. O caráter questionável do ser em geral é o que extorque do povo trabalho e luta e o compele ao seu Estado, ao qual pertencem as profissões.

As três vinculações – *pelo povo à sorte do Estado em uma missão espiritual* – são *igualmente originárias* para a essência alemã. Os três serviços que se originam daí – *serviço do trabalho, serviço militar e serviço do saber* – são igualmente necessários e de igual importância.

O saber co-atuante acerca do povo, o saber que se mantém em profundidade acerca da sorte do Estado, é o que primeiro constitui [*schafft*], juntamente o saber acerca da missão espiritual, a *essência* originária e plena da ciência, cuja efetivação é a tarefa que nos é confiada – na suposição de que nos conformemos [*fügen*] à longínqua injunção [*Verfügung*] do começo de nossa existência histórico-espiritual.

É *esta* ciência que se tem em vista quando a essência da universidade alemã é delimitada como a escola superior que, a partir da ciência e através da ciência, educa e disciplina os líderes e guardiães do destino do povo alemão.

*Esse* conceito originário da ciência obriga não apenas à “objetividade” [*Sachlichkeit*], mas em primeiro lugar à essencialidade e simplicidade do questionar em meio ao mundo histórico-espiritual do povo. De fato, é apenas a partir daí que se pode verdadeiramente fundar a objetividade, isto é, encontrar sua espécie e limite.

A ciência, entendida nesse sentido, deve se tornar a força formadora da corporação da universidade alemã. Isso significa duas coisas: corpo docente e corpo discente devem, cada um à sua maneira, ser *empolgados e permanecer* empolgados [*ergriffen*] pelo conceito de ciência. Ao mesmo tempo, porém, esse conceito de ciência tem de se inserir, reconfigurando-as, nas formas fundamentais no interior das quais docentes e alunos praticam comunitariamente em cada caso as respectivas atividades científicas, a saber: nas *faculdades e departamentos*.

A faculdade só é faculdade se ela desenvolve uma capacidade de legislação espiritual, capacidade essa arraigada na essência de sua ciência, a fim de integrar, conformando-os [*hineinzugestalten*], os poderes da existência que a afligem com sua insistência, no mundo espiritual *uno* do povo.

O departamento só é departamento se ele se situa de antemão no domínio dessa legislação espiritual, derrubando desse modo os limites da disciplina e superando o que há de antiquado e espúrio na forma exterior do treinamento profissional.

No momento em que as faculdades e departamentos põem em marcha as questões essenciais e simples de sua ciência, docentes e alunos já estão envolvidos pelas *mesmas* necessidades e aflições [*Bedrängnisse*] últimas da existência do povo no Estado.

Dar forma [*die Ausgestaltung*], contudo, à essência original da ciência exige um grau de rigor, responsabilidade e paciência soberana, em comparação com o qual a obediência conscienciosa, por exemplo, ou a zelosa modificação de modos de proceder prontos, de pouca monta são.

Se os gregos, porém, precisaram de três séculos só para situar, no solo correto e na direção segura, a *questão* sobre o que é o saber, então, com mais razão ainda, não podemos achar que a elucidação e o desdobramento da essência da universidade alemã ocorra no semestre em curso ou no próximo.

Mas *uma* coisa, certamente, sabemos a partir da essência da ciência, tal como indicada acima, a saber, que a universidade alemã só encontrará forma e poder quando os três serviços – do trabalho, militar e do saber – se reunirem originariamente em *uma* força capaz de deixar a sua marca [*eine prägende Kraft*]. O que quer dizer:

A vontade de essência do corpo de docentes tem de despertar e se fortalecer para a simplicidade e amplidão do saber acerca da essência da universidade. A vontade de essência do corpo de alunos tem de se forçar a ascender à mais alta clareza e disciplina do saber e a inserir na essência da ciência, exigindo e determinando, a forma [*hineingestalten*] do saber cúmplice [*Mitwissenschaft*] que tem acerca do povo e do seu Estado. Ambas as vontades têm de se estimular reciprocamente para a luta. Todas as capacidades da vontade e do pensamento, todas as forças do coração e todas as habilidades do corpo têm de se desenvolver *através* da luta, de se *intensificar* na luta e *como* luta se conservar.

Nós escolhemos a luta com pleno conhecimento [*wissenden Kampf*] daqueles que questionam e proclamam com Klaus von Clausewitz: “Renuncio à esperança leviana de uma salvação pela mão do acaso.”

Mas a comunidade de luta de docentes e alunos só transformará a universidade alemã para fazer dela o lugar [*Stätte*] da legislação espiritual e nela efetivará o centro [*Mitte*] do mais rígido recrutamento [*Sammlung*] para o mais alto serviço ao povo em seu Estado, se o corpo de docentes e alunos organizar sua existência de maneira mais simples, mais dura e mais livre de necessidades do que todos os outros camaradas do povo [*Volksgenossen*].<sup>12</sup> Toda liderança tem de reconhecer aos seguidores [*Gefolgschaft*] sua força própria. Mas todo seguir [*Folgen*] traz em si a resistência. Essa oposição essencial entre o liderar e seguir não deve ser obscurecida, nem tampouco apagada.

Só a luta mantém aberta a oposição e implanta na corporação inteira de docentes e alunos aquela disposição afetiva fundamental [*Grundstimmung*], a partir da qual a auto-afirmação que se delimita a si mesma autoriza [*ermächtigt*] a auto-reflexão resoluto para uma genuína auto-administração.

Queremos a essência da universidade alemã, ou será que não a queremos? Depende de nós, se e até que ponto vamos nos esforçar, de maneira radical e não apenas incidentalmente, em vista da auto-reflexão e auto-asserção, ou

se vamos – com a melhor das intenções – apenas modificar velhas instituições e ajuntar novas. Ninguém há de nos impedir de fazê-lo.

Mas ninguém tampouco vai nos perguntar se queremos ou não, quando a força espiritual do Ocidente fracassar e quando este rebentar em todas as suas juntas [*Fugen*], quando a pseudocultura decrépita desmoronar sobre si mesma, arrastando todas as forças para a confusão e sufocando-as na loucura.

Se isso acontecerá ou não, depende apenas de saber se, enquanto povo espiritual historial, ainda e de novo queremos a nós mesmos – ou se não nos queremos mais. Cada indivíduo *co*-decide [*entscheidet mit*] sobre isso, mesmo quando e sobretudo quando se esquia dessa decisão.

Mas nós queremos que nosso povo cumpra sua missão histórica.

Nós nos queremos a nós mesmos. Pois a jovem e a mais jovem força do povo, que já passa por cima de nós procurando algo além, já decidiu sobre isso.

A magnificência, porém, e a grandeza desse pôr-se em marcha [*Aufbruch*], só a compreenderemos se trouxermos em nós mesmos aquela profunda e ampla circunspecção onde a antiga filosofia grega foi buscar a seguinte palavra:

*Tà megála pánta apispalé*

“Tudo o que é grande está na tempestade...” (Platão, *República*, 497 d, 9).

Tradução: *Daniel Pucciarelli*.

Revisão técnica: *Guido Antônio de Almeida*.

## Notas

<sup>1</sup> No texto também publicado aqui, nesta *Terceira Margem*, “A transcendência fin(da)inита na política”, que é um comentário ao “Discurso da Reitoria”, Philippe Lacoue-Labarthe, seguindo Gérard Granel, traduz este termo *Gefolgschaft* por “séqüito”. Certamente, no início do “Discurso”, há uma alusão ao cortejo ou comitiva de professores e estudantes que seguem o reitor por ocasião da tomada de posse. O termo também pode significar “obediência” (*Befolgung*), e aparecerá mais adiante nesse sentido, opondo-se a *Führerschaft*. Preferimos a tradução mais literal “disposição a seguir”, em virtude dos verbos que estão relacionados à palavra no parágrafo: *erwachen* e *erstarken*, traduzidos respectivamente por “despertar” e “fortalecer”. (N. dos E.)

<sup>2</sup> No contexto do “Discurso”, *Schicksal*, “destino”, evoca a “missão espiritual do povo alemão”. (N. dos E.)

<sup>3</sup> Embora muito freqüentemente a tradução adotada para *Geschichte* e seus derivados *geschichtlich* e *Geschichtlichkeit* (opostos, por Heidegger, ao étimo latino *Historie* e seus derivados) seja “historial” e “historialidade”, aqui preferimos simplesmente a tradução por “histórico” e “historicidade”, considerando que Heidegger estava se dirigindo a um público não espe-

cializado, e assim entendemos que nenhum termo deveria ser tomado no sentido mais técnico que eventualmente tenha na filosofia heideggeriana. (N. dos E.)

<sup>4</sup> Para *Dasein*, adotamos a tradução “existência”, pela mesma razão acima. (N. dos E.)

<sup>5</sup> O termo *Macht* pertence ao vocabulário nietzschiano e pode ser traduzido em português por “poder” ou “potência”. A leitura francesa de Nietzsche em geral optou por traduzir o termo por *puissance* (“potência”, em português). É assim que Lacoue-Labarthe em geral toma o termo, apoiando-se na tradução de Gérard Granel. Optamos, no entanto, por traduzir *Macht*, e seu correlato, *Übermacht*, por “poder” e “poder superior” respectivamente, para evidenciar melhor o sentido político (ascensão ao poder, tomada de poder) do “Discurso”. (N. dos E.)

<sup>6</sup> Gérard Granel traduziu *Aufbruch* por “irruption”, “irrupção”. François Fédier traduziu-o por “irruption ouvrante”, acrescentando a seguinte nota: “*der Aufbruch*. O que não torna esta tradução interpretativa; é o sentido tão simplesmente de “partida” (*départ*). Mas um *Aufbruch* é uma partida solene e definitiva... Ao comentar a passagem em “A transcendência fin(da)inital na política”, Philippe Lacoue-Labarthe parece sugerir uma opção mais simples: “*départ*”, “partida”, enquanto nós optamos por uma tradução mais literal “pôr-se em marcha”. (N. dos E.)

<sup>7</sup> *Bedrängen* significa “afligir insistentemente”, traduzimos assim *Bedrängnis* por “insistência aflitiva”, “aflição”, em vez de “coerção” (“*contrainte*”), como Gérard Granel. (N. dos E.)

<sup>8</sup> O tradutor do “Discurso” para o inglês, Richard Wolin (1993, p. 34) lembra que essa nova legislação estudantil de 1º de maio de 1933 era um exemplo de *Gleichschaltung* legislativa que visava organizar os estudantes universitários segundo o *Führerprinzip* (princípio do líder), e desse modo assegurar a sua integração com o estado nacional-socialista. (N. dos E.)

<sup>9</sup> Richard Wolin, em sua tradução do “Discurso” (1993, p. 35), refere-se à palavra *Volksgemeinschaft*. Sobre ela, diz: “Era uma expressão nacional-socialista para a ‘comunidade nacional’, isto é, uma nova ordem comunal, orgânica avessa às divisões e antagonismos da sociedade ‘moderna’.” (N. dos E.)

<sup>10</sup> *Stand* foi aqui traduzido por “estamento” como, por exemplo, em Weber. (N. dos E.)

<sup>11</sup> *Geschick*, traduzido aqui por “sorte”, no sentido das vicissitudes contingentes que é preciso enfrentar na realização do destino, *Schicksal*. (N. dos E.)

<sup>12</sup> Citamos aqui a nota 2 do capítulo “Elementos do Anti-semitismo” na tradução de Guido Antônio de Almeida da *Dialética do Esclarecimento* (p. 253): “*Genosse*, camarada, companheiro, é, como se sabe, o termo com que se tratam os correligionários de partidos socialistas ou comunistas. Os nacional-socialistas adotaram o termo *Volksgenosse* para designar aqueles que vêem seu laço de solidariedade no pertencimento a um mesmo povo ou etnia (*Volk*).” Na *Dialética*, Almeida traduziu por “camaradas de etnia” ou “camaradas da ideologia racista”. Aqui optamos por traduzir o termo por *camaradas do povo*. (N. dos E.)

## Bibliografia

- ALMEIDA, Guido de. “Nota 2”. In: Adorno, Theodor e Horkheimer, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1985.
- FEDIER, François. “Martin Heidegger. Le rectorat 1933-1934. Faits et réflexions”; “L’université allemande envres et contre tout elle-même”. In: *Le Débat*, n°27, novembro de 1983, pp. 73-97.
- GRANEL, Gérard. “L’auto-affirmation de l’université allemande”; “Pourquoi avous-nous publié cela”. In: *De l’Université*. Paris: T.E.R., 1982.
- HEIDEGGER, Martin. *Introdução à metafísica*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. 3ª edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- HEIDEGGER, Martin. “Quelques extraits d’une lettre au Président du Comité politique d’épuration. Quelques points litigieux concernant la cause de l’Université”. In: *Martin Heidegger. Cahiers de l’Herne*, Paris: Éditions de l’Herne, 1983b, pp. 401-405.
- HEIDEGGER, Martin. “Only a God Can Save Us: *Der Spiegel’s* Interview with Martin Heidegger.” Trad. Maria P. Alter e John D. Caputo. In: *The Heidegger Controversy. A Critical Reader*. Wolin, Richard (ed.). Cambridge: MIT Press, 1993. Tradução em português: Emmanuel Carneiro Leão. *Revista Tempo brasileiro*, n. 50, jul./set. 1977.
- LACOUÉ-LABARTHE, Philippe. *La fiction du politique*. Paris: Christian Bourgois, 1987.
- LÖWITH, Karl. “My Last Meeting with Heidegger in Rome, 1936”. In: WOLIN, Richard (ed.). *The Heidegger Controversy. A Critical Reader*. Wolin, Richard (ed.). Cambridge: MIT Press, 1993.
- OTT, Hugo. *Martin Heidegger. A Political Life*. Trad. Allan Blunden. Nova York: BasicBooks, 1993.
- WOLIN, Richard. “The Self-Affirmation of the German University”. Trad. William S. Lewis. In: *The Heidegger Controversy. A Critical Reader*. Wolin, Richard (ed.). Cambridge: MIT Press, 1993.

Resumo: O “Discurso da reitoria”, “A auto-afirmação da universidade alemã”, estabelece um programa espiritual para o engajamento da universidade alemã a partir da afirmação de sua essência como instituição étnica de um povo e da repetição do começo grego, tendo como missão a fundação de uma nova ciência, toda ela ordenada em torno da filosofia.

Palavras-chave: Martin Heidegger; Universidade Alemã; nacional-socialismo.

Abstract: The “Rectorial Adress”, “The Self-Affirmation of the German University”, establishes a spiritual program for the engagement of the German University springing from the affirmation of its essence as an ethnic institution of a people and from the repetition of the Greeek beginning, having as a mission the foundation of a new science, all organized around philosophy.

Key-words: Martin Heidegger; German University; Nacional Socialism.